PARTE I

Metodologia para elaboração do Plano de Ação Local para a Igualdade e Cidadania – PALPIC

Fases da Pesquisa para a elaboração do PALPIC

Para a construção, elaboração e contextualização dos objetivos deste Plano de Ação Local de Políticas Públicas para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação, foram necessárias várias etapas que se consubstanciaram na elaboração de um diagnóstico, baseado na consulta de documentos-chave que caracterizam o concelho.

Foram analisados indicadores como a perspetiva demográfica e suas características, distribuição no território e respetivos impactos, taxas de escolarização, mercado de trabalho, contexto socioeconómico e outros, de igual relevância para este projeto.

Realizou-se uma análise na perspetiva de género, interna à organização da Câmara Municipal de Montijo e outros projetos em matéria de igualdade de género, cidadania e não-discriminação, desenvolvidos ao longo dos últimos 22 anos, relativamente ao seu desenvolvimento e impacto.

Estes projetos, revelaram que a Câmara Municipal de Montijo tem o seu caminho construído e consolidado em áreas como as respostas de emergência a mulheres vítimas de violência doméstica e que este projeto pretende dar continuidade através das medidas aqui propostas.

Para compreender a realidade social do concelho de Montijo, tivemos a oportunidade de analisar os instrumentos de planeamento da Rede Social, que foram apresentados publicamente no dia 3 de dezembro de 2019, enquanto já decorria a elaboração deste Plano de Ação nomeadamente, o Diagnóstico Social 2019 do Concelho de Montijo: https://www.mun-montijo.pt/cmmontijo/uploads/writer_file/document/6457/diagnostico_social_montijo.pdf, e o Plano de Desenvolvimento Social e o Perfil de Saúde do Concelho de Montijo: https://www.mun-montijo.pt/cmmontijo/uploads/writer_file/document/6458/plano_de_desenvolvimento_social_e_de_saude__pdss__da_rede_social_do_montijo.pdf

Destes dois instrumentos, foi possível retirar informação relevante com vista a definir objetivos estratégicos, através da criação de um conjunto de áreas de intervenção prioritárias, por forma a dar uma resposta concreta às necessidades identificadas e adequadas ao concelho do Montijo. Estes, serão posteriormente operacionalizados através das medidas propostas no presente documento, tendo previstos um período de execução de dois anos.

Este documento terá como pano de fundo os demais tratados internacionais a que o Estado Português se vincula, bem como toda a legislação nacional, em especial a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação — Portugal + Igual (ENIND) (https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/Resol_Cons_-Ministros_61_2018.pdf) que integra a dimensão de género na Administração Pública Local como requisito de boa governação e que assume a territorialização como prioridade. A ENIND, inclui medidas que visam adequar as políticas públicas às características e necessidades territoriais do país, estando assim reforçado o trabalho de atores locais e em rede, atendendo à proximidade à população e ao leque de novas competências decorrentes do processo de descentralização.

Esta proposta de Plano de Ação Local Para a Igualdade e Cidadania (PALPIC) reflete a linha de atuação política da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação (ENIND), que reúne um conjunto de áreas de atuação que visam intervir na comunidade local e contribuir para: “eliminação dos estereótipos de género

que estão na origem das discriminações em razão do sexo diretas e indiretas que impedem a igualdade substantiva entre mulheres e homens, reforçando e perpetuando modelos de discriminação históricos e estruturais" tal como inscrito na Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio.

Enquadramento Histórico

22 anos de Política Pública Local para a Igualdade Cidadania e Não-Discriminação da Câmara Municipal de Montijo

A Câmara Municipal de Montijo cumpre já 22 anos de trabalho, onde o reconhecimento da importância da integração da dimensão da igualdade de género, cidadania e não-discriminação nas suas políticas de administração pública local é encarada como requisito de boa governação.

Em 1998, depois de estabelecido o primeiro protocolo com a Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher (atual CIG), seguiu-se um conjunto de atividades que implementaram ações no terreno e que ainda hoje perduram no trabalho da autarquia.

No âmbito deste protocolo, surgiu o projeto "Bem-Me-Quer" que, entre outras iniciativas, fomentou estruturas descentralizadas nas autarquias, conhecidas como "Espaço Informação Mulher". Em 2000, a Câmara Municipal de Montijo foi uma das autarquias pioneiras com a referida estrutura, tendo criado uma resposta de emergência para mulheres vítimas de violência doméstica.

O "Espaço Informação Mulher", atualmente inserido na Divisão de Desenvolvimento Social e Promoção da Saúde, desenvolve diversas ações, quer na área da proteção e encaminhamento de mulheres em situação de violência doméstica quer promovendo ações de formação e de sensibilização sobre estas temáticas e no âmbito da igualdade de género, cidadania e não-discriminação.

Em 2001, a Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência (doravante RAMSV) dava os primeiros passos. Esta Rede, formalizada em março de 2005 através de um protocolo de parceria com diversas instituições locais/organizações e serviços